

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>



S. LUÍS, Frei Francisco de (Cardeal Saraiva) (Ponte de Lima, 1766 – Lisboa, 1845)

Francisco Justiniano Saraiva nasceu em Ponte de Lima, no dia 26 de janeiro de 1766 e foi baptizado a 9 de Fevereiro. Era filho de Manuel José Saraiva, Tabelião do Público, Judicial e Notas na sua terra natal, e de sua mulher Leonor Maria Teodora Correia. Foi monge Beneditino. Fez o seu voto solene na Ordem, no Mosteiro de Santa Maria de Tibães, em 27 de Janeiro de 1782, um dia depois de ter completado dezasseis anos. Quando professou, decidiu mudar o seu nome para Francisco de S. Luís. Durante toda a sua vida, mostrou sempre uma enorme simpatia pelas ideias liberais e iluministas tendo tido importante intervenção na vida política e social do seu tempo. Por diversas vezes a sua carreira religiosa e académica foi afectada, devido a esta sua postura de intervenção. Existem diversas referências ao facto de ter pertencido à Maçonaria, onde teria adoptado o nome de Condorcet, embora tenha sido publicado em 1945, no Mensageiro de São Bento, um texto de sua autoria onde nega que tenha pertencido a esta organização. António Ventura, em Uma História da Maçonaria em Portugal. 1727-1986, realça o papel da Maçonaria na implementação do regime liberal em Portugal, identificando os maçons que integravam as Juntas Provisionais formadas, primeiro no Porto e depois em Lisboa, estando o nome de Francisco de S Luís em ambas as listas. Oliveira Marques, refere que provavelmente ele foi iniciado, numa loja em Coimbra, antes de 1821, com o nome simbólico de Condorcet.

Em 1808 foi nomeado para a Junta que se formou no Minho para reger os destinos do reino e levar a cabo a luta contra os invasores franceses. Em 1820, quando se iniciou o processo que conduziria à mudança para uma monarquia constitucional, mais uma vez ele foi chamado para funções políticas, integrando a Junta Provisória do Supremo Governo do Reino, que se constituiu no Porto. Em finais de 1822 foi eleito deputado às cortes ordinárias, passando a presidente das mesmas em Fevereiro do ano seguinte. Logo no ano seguinte, com a queda da Constituição de 1822, abandonou essas funções e retirou-se para o Mosteiro da Batalha. Regressou a uma vida política activa em 1826, como deputado às cortes, para novamente abandonar essa actividade em 1828, como consequência da ascensão de D. Miguel ao poder. Desta feita, retirou-se para o Mosteiro da Serra de Ossa, no qual permaneceu por seis anos. Com o fim da Guerra Civil e a vitória liberal de 1834, volta a envolver-se na política activa. Foi deputado por mais três

vezes, em 1834, 1836 e 1838. Com a morte de D. Pedro IV, abandonou as cortes uma vez que foi convidado pela jovem rainha para Ministro dos Negócios do Reino. Simultaneamente, desempenhou a função de Guarda-mor do Real Arquivo da Torre do Tombo, a partir de 4 de Junho de 1834 e até final de Setembro de 1836. Foi ainda Conselheiro de Estado e Par do Reino.

A par com a sua actividade política teve igualmente uma carreira de relevo na Igreja. Após a ordenação, passou para o Mosteiro de Rendufe, e seguidamente para o Colégio de Nossa Senhora da Estrela, em Lisboa. Em 1785, estabeleceu-se no de Coimbra, certamente para poder frequentar as aulas na respectiva Universidade. Desempenhou os cargos de Abade do Colégio de Coimbra, Visitador-geral e Cronista-mor da sua Ordem.

Em Janeiro de 1821 foi nomeado coadjutor e futuro sucessor do Bispo de Coimbra. O titular do bispado faleceu em Junho de 1822, tendo Frei Francisco assumido o cargo, sendo sagrado Bispo em Setembro seguinte. Por esta altura recebeu igualmente o título de Conde de Arganil e senhor de Côja. Pouco tempo permaneceu na cadeira episcopal, devido à já mencionada instabilidade política que o reino conheceu nesta primeira metade de Oitocentos, tendo renunciado ao cargo em 1823, quando se retirou no Mosteiro da Batalha. O último momento que importa destacar, na sua faceta religiosa é nomeação para a Cadeira Patriarcal de Lisboa, em 1840, por iniciativa de D. Maria II. A Santa Sé reconheceu o título e atribuiu-lhe a dignidade de cardeal.

Uma parte significativa da juventude de Frei Francisco de S. Luís foi dedicada aos estudos na Faculdade de Teologia em Coimbra, onde obteve o grau de doutor, em 1791. Ao longo da sua vida manteve uma forte ligação à Universidade, tendo sido professor na mesma, por diversos períodos. Logo após concluir o seu doutoramento, foi professor de Matemática, no Colégio de São Bento, ensinando os alunos do curso de Filosofia. Em 1805 foi habilitado, por unanimidade, como opositor às cadeiras da Faculdade de Teologia, na qual se tinha formado. Em 1817, foi promovido a professor de Filosofia, no Colégio das Artes. Em 20 de outubro de 1821 foi nomeado reitor e reformador da mesma Universidade. No entanto, deixou o cargo em 1823, na mesma altura em que deixou de ser Bispo de Coimbra.

Pouco tempo depois de ter obtido o grau de doutor, foi premiado com medalha de ouro, pela Academia de Ciências de Lisboa, pela qualidade literária de um dos seus primeiros estudos de história: Comparação da história de D. João de Castro por Jacinto Freire de Andrade e da vida de D. Paulo de Lima por Diogo do Couto. Em 1794 foi admitido como sócio da mesma, e em 1838 foi eleito vice-presidente. Em 22 de Dezembro de 1836 foi admitido como Membro Honorário da Academia de Belas Artes. Este trabalho resultou de um «desafio» lançado pela Academia das Ciências, no seu programa de 17 de janeiro de 1792, para o ano de 1794: «Comparar a Historia de D. João de Castro, por Jacinto Freire de Andrade, e a Vida de D. Paulo de Lima, por Diogo do Couto, tanto pelo que respeita às perfeições ou vícios da linguagem e do estilo, como pelo que respeita às perfeições e vícios de ambos em qualidade de escriptores da historia» (Saraiva, tom. X, p. 3). A produção escrita de Frei Francisco de S. Luís é imensa. Os seus textos foram reunidos nas Obras Completas, tendo a edição contado com o patrocínio do próprio governo. O responsável

pela edição foi António Correia Caldeira, sobrinho do Cardeal Saraiva, que tinha herdado a documentação de seu tio e que decidiu publicar os textos que já tinham merecido publicação anterior, nomeadamente no âmbito da Academia das Ciências, como muitos outros que estavam inéditos. Os dez tomos foram dados à estampa pela Imprensa Nacional, entre 1872 e 1883, com uma introdução do Marquês de Resende. Os domínios de estudo abordados são essencialmente história, literatura e linguística, mas mesmo nestes dois últimos campos socorre-se bastante da análise do passado, para expor os seus pontos de vista. No entanto, aparecem igualmente diversos textos relacionados com a situação nacional contemporânea do religioso beneditino. Na breve introdução que redigiu para as *Obras Completas*, o Marquês de Resende chama a atenção para o conhecimento enciclopédico de Saraiva e refere diversos textos que este redigiu relacionados com a época em que viveu, nomeadamente um projeto de Constituição, escrito em 1821, que deveria ser oferecido ao príncipe D. Pedro, futuro D. Pedro IV, caso ele regressasse antes da discussão em cortes das bases da Constituição. Ainda segundo o Marquês de Resende, este mesmo texto acabou por ser oferecido a D. Pedro e serviu de base à Carta Constitucional, outorgada pelo monarca no seu muito curto reinado de 1826. Contudo, quando apresenta um breve resumo dos temas abordados pelo Cardeal Saraiva, o Marquês de Resende destaca essencialmente os textos históricos e literários: «Passando eu agora a indicar o carácter geral dos diferentes escritos do Cardeal Saraiva, mencionarei os assumptos seguintes: *Noticias Ecclesiasticas de Portugal; Archeologia da Historia Ecclesiastica, e Secular; Estudos Históricos de vários Reinados de Portugal até ao século XIV; Estudos Históricos sobre a antiga Lusitânia, e os diferentes Povos que n'ella entraram até ao estabelecimento da independência de Portugal; Aparentamentos Chronologicos e Históricos; Noticias Históricas, Litterarias, e Criticas; Navegaçoens, Conquistas e Estabelecimentos feitos nas Colonias Portuguezas, e outros; Diversas Obras sobre a Lingua Portugueza*». (Resende, «Introdução», p. VI).

Uma das grandes preocupações de Frei Francisco de S. Luís foi a preservação dos documentos existentes nos arquivos, cartórios e bibliotecas, nomeadamente os Ordem de São Bento. Organizou, de uma forma sistemática, diversos índices de arquivos nos quais trabalhou, facilitando significativamente a pesquisa da documentação neles existentes. Esta organização dos índices foi acompanhada da arrumação dos documentos, agrupando os mesmos por assuntos. Quanto aos textos que o monge beneditino escreveu no campo da história, eles abrangem largos períodos do percurso histórico de Portugal, existindo vários que se debruçam sobre os povos que habitaram na Península Ibérica antes da existência do nosso reino. Aliás nota-se uma preocupação em demonstrar que muitas das raízes da língua e cultura portuguesa derivam dos povos que viviam no território antes da sua integração no Império Romano. Nos textos de história socorreu-se sistematicamente de obras de autores clássicos, assim como de textos de diversos autores nacionais. Para Frei Francisco de São Luís, a história é um ramo da literatura e tem essencialmente uma função moralizadora. Um outro campo que mereceu um particular interesse da sua parte foi a história dos



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

descobrimientos e expansão. Elaborou estudos, com base em documentação relativa aos descobrimientos, organizou uma cronologia dos descobrimientos portugueses e publicou fontes, como por exemplo um roteiro da viagem de Fernão de Magalhães. Refletiu sobre a escassez de documentos sobre os descobrimientos portugueses e apresentou explicações para esta falta. Entre as causas para o reduzido número de documentos aponta a eventual política de sigilo, tese esta que continua a ter vários defensores nos nossos dias. Tanto quanto se sabe, foi Saraiva o primeiro a apresentar esta explicação, embora apresente outras causas para a falta de documentação. O seu papel como historiador dos descobrimientos foi destacado pela Associação Marítima e Colonial, agremiação fundada na década de 1830, por iniciativa de oficiais de Marinha e de outras personalidades da sociedade civil que se preocupavam com as questões marítimas e coloniais. Saraiva foi acolhido como membro da mesma e nela desempenhou funções de presidente da comissão de redação dos Anais Marítimos e Coloniais. Neste periódico daquela associação, foi um dos autores que publicou em defesa da prioridade dos descobrimientos portugueses. O seu particular interesse por esta matéria nota-se em diversos textos seus. Denunciou as pretensões dos franceses relativas à expansão ao longo da costa de África. O seu «Índice cronológico das navegações, viagens, descobrimientos, e conquistas dos portugueses nos países ultramarinos desde o princípio do século XV», abrangendo um período que se estende de 1412 a 1811, foi escrito para demonstrar a prioridade portuguesa. É também um dos defensores de uma descoberta do Brasil, antes da viagem de Pedro Álvares Cabral. Baseia a sua tese num passo do Esmeraldo de Situ Orbis, de Duarte Pacheco Pereira, que pode ser interpretado como descrevendo uma viagem do próprio na costa brasileira, antes de 1500.

O Cardeal Saraiva faleceu em 7 de maio de 1845, tendo sido sepultado no Panteão dos Cardeais, no Mosteiro de São Vicente de Fora, onde também se encontra o Panteão da Casa de Bragança. O seu funeral contou com a presença de inúmeras personalidades da sociedade nacional, nas quais se contavam os próprios monarcas, tendo tido direito a honras militares pelas guarnições do Exército e da Marinha, incluindo salvas de artilharia e de infantaria. Em Ponte de Lima, sua terra natal, a memória permanece na toponímia, como título de um periódico local (fundado em 1910) e com uma recente estátua que lhe foi erigida (2008).

Bibliografia activa: «Breves reflexões sobre o assento chamado das Cortes dos Três Estados de 1828», in *Obras Completas do Cardeal Saraiva*, tomo IV, Lisboa, Imprensa Nacional, 1875, pp. 129-179; «Comparação da história de D. João de Castro por Jacinto Freire de Andrade e da vida de D. Paulo de Lima por Diogo do Couto», in *OC*, tomo X, Lisboa, Imprensa Nacional, 1883, pp. 1-151; «Cronologia dos reis de Portugal», in *OC*, tomo IV, Lisboa, Imprensa Nacional, 1875, pp. 3-127; «Glossário das palavras e frases da língua francesa que por descuido, ignorância, ou necessidade se têm introduzido na locução portuguesa moderna; com o juízo crítico das que são adaptáveis nela», in *OC*, tomo VIII, Lisboa, Imprensa Nacional, 1878, pp. 1-434; «Ensaio sobre alguns sinónimos da língua portuguesa», in *OC*, tomo VII, Lisboa, Imprensa

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Nacional, 1877, pp. -207; «Índice cronológico das navegações, viagens, descobrimentos, e conquistas dos portugueses nos países ultramarinos desde o princípio do século XV», in OC, tomo IV, Lisboa, Imprensa Nacional, 1875, pp. 3-127; «Memória em que se pretende mostrar que a língua portuguesa não é filha da latina, nem esta foi em tempo algum a língua vulgar dos Lusitanos», in OC, tomo IX, Lisboa, Imprensa Nacional, 1880, pp. 163-208; «Resposta às censuras académicas feitas às minhas duas memórias sobre a origem do nome de Portugal, e sobre as ações do Conde D. Henrique oferecida à Academia em 28 de novembro de 1836», in OC, tomo II, Lisboa, Imprensa Nacional, 1873, pp. 358-394; «Roteiro da viagem de Fernão de Magalhães», in OC, tomo VI, Lisboa, Imprensa Nacional, 1876, pp. 109-146; «Testemunhos indubitáveis da antiguidade da regra beneditina nas Espanhas, e da sua propagação em outras partes», in OC, tomo I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1872, pp. 229-245.

Bibliografia passiva: «Arganil, Conde (O Bispo de Coimbra)», *Resenha das famílias titulares do reino de Portugal. Acompanhada de notícias biográficas de alguns indivíduos das mesmas famílias*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1838; CARDOSO, António M. de Barros, «O Cardeal Saraiva e os livros interditos», in *Revista da Faculdade de Letras: História*, vol. XIV (1997), pp. 429-464; DOMINGUES, Francisco Contente, Colombo e a política de sigilo na historiografia portuguesa, Separata de *Mare Liberum*, vol. I, Lisboa, 1990; LIMA, J. J. Lopes de, «Discurso pronunciado pelo sócio J. J. Lopes de Lima», in *Anais Marítimos e Coloniais*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1844, pp. 441-445; «Necrológio do eminentíssimo Cardeal Patriarca de Lisboa, D. Francisco II», in *Revista Universal Lisbonense*, tomo IV, Lisboa, Imprensa da Gazeta dos Tribunais, 1845, pp. 519-522; MATOS, Sérgio Campos, *Consciência histórica e nacionalismo, Portugal séculos XIX e XX*, Lisboa, Livros Horizonte, 2008; MARQUES, A. H. Oliveira, «Saraiva (Cardial)», in *Dicionário de Maçonaria Portuguesa*, 2.º volume, Lisboa, Editorial Delta, 1986, cols 1307-1308; RAMOS, Luís A. de Oliveira, *O Cardeal Saraiva*, Porto, Faculdade de Letras, 1972; RAMOS, Luís A. de Oliveira, «Concepções sobre a história: (segunda metade do século XVIII)», in *Revista de História*, vol. 12, Porto, 1993, pp. 245-256; RAMOS, Luís A. de Oliveira, *Um historiador da Marinha, Frei Francisco de S. Luís*, Lisboa, Academia de Marinha, 1996; RAMOS, Luís A. de Oliveira, Para a história do ensino em Portugal. Frei Francisco de S. Luís, professor de matemática, separata de «Cale» *Revista da Faculdade de Letras do Porto*, vol. I, Porto, 1968; RESENDE, Marquês de, «Introdução», in OC, tomo I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1872; VENTURA, António, *Uma História da Maçonaria em Portugal. 1727-1986*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2013.

António Canas



APOIOS:

FCT
Fundação para a Ciência e a Tecnologia

BNP
BIBLIOTECA
NACIONAL
DE PORTUGAL

FUNDAÇÃO
LUSO-AMERICANA